

CRIMINALIDADE EM CAMPINAS

**CADERNO DE PESQUISA
N. 24**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

1988

**CÉLIA SOIBELMANN MELHEM
GUARACY MEINGARDI**

Instituição responsável
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP - UNICAMP

Coordenador do NEPP
Prof. Dr. Pedro Luiz Barros Silva

Coordenador Associado
Profa. Dra. Gilda Portugal Gouvêa

Centro interdisciplinar de pesquisa especializado em estudos e investigações de acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas governamentais. Entre suas preocupações e interesses prioritários, destacam-se as avaliações de processos de implementação de reformas e inovações de *polícies* e de programas e projetos de enfrentamento da pobreza. No período recente, desenvolveu, entre outros os seguintes projetos:

- Avaliação da Descentralização de Recursos do FNDE e da Merenda Escolar. Convênio INEP/MEC (1997-1998).
- Desenho e Implantação de Estratégia de Avaliação dos Programas Sociais Prioritários do Governo Federal Brasileiro. Convênio BID/UNESCO/Gov. Brasileiro (1998).
- A Educação básica e secundária no Brasil: evolução recente. Convênio MEC/UNESCO (1997).
- Avaliação da Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: Saúde e Educação Fundamental - estudos municipais. Convênio Cepal (1997).
- Avaliação do Processo de Implementação do Projeto "Inovações no Ensino Básico" e de algumas Medidas da Escola-Padrão no Estado de São Paulo. Convênio BIRD (1994/1996).

Os cadernos de Pesquisa do NEPP, escritos pelos professores, pesquisadores, estudantes de pós graduação, e outros membros associados, aparecerá intermitentemente. Alguns serão comunicações de pesquisa preliminares em andamento, ou explorações de idéias teóricas, e a sua publicação visa a estimular discussão e gerar críticas úteis. Como resultado de tais discussões e críticas, é provável que apareçam publicações de versões mais elaboradas em outra parte.

Coordenadora

Sônia Miriam Draibe

Coordenador adjunto

Pedro Luiz Barros Silva

Gerente Financeira

Maria Elvira Salles Mazzuchelli

Gerente de Pesquisa

Silvia Maria Pires Véspoli de Godoy

Apoio Administrativo

Elizabeth de Moraes Ferrari

Ortencia Loureiro Martins Freitas

Sônia Maria da Silva

Conselho Deliberativo

Ana Maria Canesqui

Argelina Maria C. Figueiredo

Eduardo Garuti Noronha

Elizabeth Pompeo de Camargo

Geraldo Giovanni

Márcia de Paula Leite

Maria Elena G. de Castro

Maria Hermínia B. T. de Almeida

Mariza Corrêa

Mário Luiz Possas

Neide Lopes Patarra

Nelson Rodrigues dos Santos

Paulo Eduardo Baltar

Ruth C. Leite Cardoso

Sérgio Micelli

Vilmar Evangelista Faria

Equipe Permanente de Pesquisadores

Ana Luiza d'Ávila Viana - Mestre , Economia

Ana Maria Medeiros da Fonseca- Bacharel, História

Célia Soibelman Melhem- Mestre, Ciência Política

Cibele Andrade Macchi- Bacharel, Ciências Sociais

Eduardo Garuti Noronha- Mestre, Ciência Política

Ester Aparecida Viana- Bacharel, Serviço Social

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa*, Mestre, Sociologia

José Roberto Rus Perez- Mestre, Educação

Marcos de Souza Queiroz- Doutor, Sociologia

Maria Erlinda Duckur Cassab- Bacharel, Ciências Sociais

Maria Helena Barretto Gadelha- Licenciada, Pedagogia

Marta Teresa da Silva Arretche - Mestre, Ciência Política

Sônia Nahas de Carvalho- - Mestre, Ciências Sociais

Documentação, Estatística, Análise e Processamento de Dados

Maria Aparecida Coracini de Godoy Marques- Bacharel, Jornalismo

Stella Maria Barberá Silva Telles- Bacharel Estatística

*Pesquisadores de outras instituições alocados temporariamente no NEPP.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	01
1. QUESTÕES METODOLÓGICAS RELEVANTES	01
1.1. Procedimentos de Pesquisas.....	03
2. O CRIME EM CAMPINAS	05
3. PERFIL DO CRIMINOSO PROFISSIONAL EM CAMPINAS	12
3.1. Uma maioria de rapazes solteiros.....	12
3.2. Delinqüentes, sobretudo paulistas.....	14
3.3. Baixa especialização profissional.....	15
3.4. Criminalidade predominantemente branca.....	16
3.5. Forte presença do crime organizado.....	16
4. LOCALIZAÇÃO FÍSICA- ESPACIAL DA CRIMINALIDADE CAMPINEIRA	19
5. CONCLUSÕES PRELIMINARES	24
BIBLIOGRAFIA	26

APRESENTAÇÃO

A pretensão deste estudo é estimular reflexões sobre um tema pouco privilegiado pelas Ciências Sociais no Brasil: o criminoso profissional. Apesar dos amplos espaços que ocupa na imprensa e da pressão que representa para os órgãos de segurança pública - desde que criminalidade se inseriu, entre os problemas urbanos graves do país- a importância social do assunto não tem encontrado destaque equivalente na produção de sociólogos e cientistas políticos brasileiros¹. Mesmo quando se considera outras áreas do conhecimento, os trabalhos divulgados até então são poucos e tendem, em sua maioria, a focar a questão do ponto de vista dos juristas. Neste sentido, o objetivo deste caderno NEPP é tanto de socializar novos dados empíricos produzidos pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP- de maneira que possam ser lidos e interpretados de diferentes formas e com objetivos diversos- como estimular uma incorporação crescente a atualizada da questão no âmbito da academia ou outros órgãos atuantes de pesquisa em ciências humanas. O presente texto expõe apenas dados sobre criminalidade referentes a cidade de Campinas, para o ano de 1998, e corresponde a uma etapa de um trabalho mais amplo do NEPP, que já realizou- para o mesmo período e com idêntica metodologia² levantamentos similares para as cidades de São Paulo e Santos, tentando construir um painel de violência urbana no Estado de São Paulo.

[N1] Comentário: Merecem destaque especial os trabalhos do Núcleo de Estudos da Violência da USP, comandados por Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno, e as excelentes pesquisas de Antonio Luiz Paixão (MG) e Edmundo Campos (RJ). A Fundação do Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), também promoveu duas pesquisas relevantes, a primeira realizada pelo CEBRAP, que traçou um perfil do criminoso cumprindo pena no sistema de São Paulo, na metade da década de 80, traçando um perfil dos criminosos envolvidos em Boletins de Ocorrência policial, na cidade de São Paulo. Esta última foi realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP da Unicamp (coordenada por Célia Soibelman Melhem e contando com a colaboração de Guaracy Mingardi e William Lonzar), dentro de uma série trabalhos sobre demanda na área de políticas públicas de Justiça e Segurança, que inclui o presente texto. Praticamente com a mesma equipe o NEPP também coordenou (1990-92) um estudo específico das Varas Especiais da Infância e Adolescência de São Paulo, em convênio com o Centro Brasileiro de Infância e Adolescência –CBIA.

[N2] Comentário: Essas pesquisas podem ser encontradas no Núcleo de Estudos de Pesquisas Públicas- NEPP da Unicamp. No caso da Cidade de São Paulo, dentro do relatório sobre as Políticas de Justiça e Segurança no Estado de São Paulo, 1980- 88 (mimeo, 1990); no caso de Santos, em caderno NEPP a ser concluído a seguir. Para os resultados referentes aos adolescentes, o NEPP possui o relatório de pesquisa do convênio NEPP-CBIA sobre a situação da infância e adolescência do Estado de São Paulo, que inclui os dados das varas especiais no sub-projeto: "Justiça para Infância e Adolescência - Fatos e Encaminhamentos" (mimeo, 1990 e 1992).

¹ Merecem destaque especial os trabalhos do Núcleo de Estudos da Violência da USP, comandados por Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno, e as excelentes pesquisas de Antonio Luiz Paixão (MG) e Edmundo Campos (RJ). A Fundação do Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), também promoveu duas pesquisas relevantes, a primeira realizada pelo CEBRAP, que traçou um perfil do criminoso cumprindo pena no sistema de São Paulo, na metade da década de 80, traçando um perfil dos criminosos envolvidos em Boletins de Ocorrência policial, na cidade de São Paulo. Esta última foi realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP da Unicamp (coordenada por Célia Soibelman Melhem e contando com a colaboração de Guaracy Mingardi e William Lonzar), dentro de uma série trabalhos sobre demanda na área de políticas públicas de Justiça e Segurança, que inclui o presente texto. Praticamente com a mesma equipe o NEPP também coordenou (1990-92) um estudo específico das Varas Especiais da Infância e Adolescência de São Paulo, em convênio com o Centro Brasileiro de Infância e Adolescência –CBIA.

² Essas pesquisas podem ser encontradas no Núcleo de Estudos de Pesquisas Públicas- NEPP da Unicamp. No caso da Cidade de São Paulo, dentro do relatório sobre as Políticas de Justiça e Segurança no Estado de São Paulo, 1980- 88 (mimeo, 1990); no caso de Santos, em caderno NEPP a ser concluído a seguir. Para os resultados referentes aos adolescentes, o NEPP possui o relatório de pesquisa do convênio NEPP-CBIA sobre a situação da infância e adolescência do Estado de São Paulo, que inclui os dados das varas especiais no sub-projeto: "Justiça para Infância e Adolescência - Fatos e Encaminhamentos" (mimeo, 1990 e 1992).

1. QUESTÕES METODOLÓGICAS RELEVANTES

Além de pouco estudado, o tema ainda apresenta algumas dificuldades no campo teórico, pois a criminologia é uma especialidade que ainda não consolidou uma base filosófica e/ou empírica que sirva de referencial permanente para os diversos grupos de pesquisadores da área: ainda não consagrou paradigma influente (Khun, 1978).

Habitualmente, considera-se que ela apresenta duas grandes vertentes: a Criminologia Clínica, que lida com aspectos fisiológicos e psiquiátricos do criminoso, individualmente considerado, e Criminologia Sociológica, que enfatiza as variáveis sócioeconômicas, estudando o criminoso em seu ambiente social e apoiando-se bastante em dados estatísticos (Amar, 1987).

Embora os adeptos das duas vertentes geralmente privilegiem aspectos diversos de tema, há um certo consenso de que não existe uma causa única para o crime, estatisticamente considerada, mas uma soma de vários fatores que levam um indivíduo a delinquir. E esses fatores costumam ser agrupados em três blocos determinantes: o físico- antropo- biológico, o psico-psiquiátrico e o sócio- econômico (Mannhein, 1984).

O presente artigo pretende se alinhar a discussão sócio- econômica das causas da criminalidade e, em decorrência dessa decisão, a pesquisa centrou-se prioritariamente em indivíduos que têm maior probabilidade de ter optado pelo crime por determinações por econômicas e sociais, os chamados "criminosos profissionais", aqui definidos como pessoas que vivem, total ou parcialmente, do lucro do crime. É deste delinqüente que se tenta traçar um perfil básico.

O trabalho também arrisca um esboço geográfico do crime urbano, pela localização de área com maior concentração de ocorrências e de residências de delinqüentes, correlacionando-as com tipo de crime de infrator mais habitual nessas regiões. Essa preocupação físico - espacial deriva da chamada teoria Ecológica do crime, desenvolvida na Universidade de Chicago na década de 20. Embora algumas conclusões de seus adeptos sejam consideradas precipitadas, as pesquisas em Chicago revelaram que as metrópoles costumam abrigar regiões que, em dados momentos, concentram um número de delinqüente acima da média da cidade em pauta. Sem pretensões de ir além disso, a presente pesquisa tenta constatar e mapear essas regiões na cidade de Campinas- assim como já fez para a cidade de São

Paulo e Santos, com uma metodologia que permite estudos comparativos entre essas cidades, de perfis sócioeconômicos diversos³.

[N3] Comentário: Idem nota (2)

Para alcançar os objetivos propostos, selecionou-se alguns indicadores relevantes para traçar o perfil do estatístico do criminoso, o que inclui sexo, idade, estado civil e naturalidade do delinqüente- correlacionando-os com o tipo de crime cometido. A parte do texto que expõe os resultados obtidos é precedida por uma exposição de dados oficiais sobre criminalidade do Estado São Paulo e em Campinas, de maneira a situar este município face a outras regiões paulistas. A última seção deste Caderno NEPP mostra as regiões da cidade de Campinas enquanto cenários destacados de criminalidade e de moradia de delinqüentes.

1.1. Procedimentos de Pesquisa

A fonte de pesquisa do NEPP global sobre delinqüentes adultos no Estado de São Paulo são os Boletins de Ocorrência- BOs policial emitidos pelas Delegacias de Polícia da Secretaria de Segurança do Estado, durante o mês selecionado para estudo. Em função das limitações da fonte, só foram coletados dados sobre presos em flagrante delito, pois para estes indiciados há maior certeza de culpabilidade- no caso dos demais acusados em BOs, a culpa é mais incerta, ainda que, para os dois grupos, a delinqüência só fique definitivamente determinada após o julgamento pelo Judiciário.

Mas, ao contrário da pesquisa pioneira realizada em São Paulo (em 1988), em Campinas não foi possível obter dados diretamente dos Boletins de Ocorrência. A fonte utilizada foi o livro de registro de inquéritos, encontrado nas delegacias policiais da cidade.

Outro critério utilizado foi considerar somente casos em que tivesse transcorrido no máximo 30 dias entre o crime e o indiciamento, uma vez que, habitualmente, quando o indiciamento resulta de alguma coerção sobre um preso, costuma ser registrado muito depois da ação criminal. Isso deriva de procedimento policial conhecido, o de obter a confissão de presos em crimes que supostamente estariam envolvidos, as vezes ocorridos há muito tempo. Normalmente o suposto criminoso é detido por acaso: por estar em “atitude suspeita”, sem documentos ou simplesmente por já ser conhecido pelo policial que o deteve. Levado ao Distrito de Polícia, durante interrogatório ele pode acabar confessando antigos crimes, raramente um acontecimento recente (Mingardi, 1991). Quando, ao contrário, um crime é

³ Idem nota (2)

investigado em cima dos fatos, de acordo com os procedimentos legais vigentes, habitualmente o indiciamento se dá poucos dias após ocorrência. Neste caso, é bem maior a probabilidade do indiciado ser realmente criminoso, pois certamente existem provas (materiais ou testemunhais) contra ele, enquanto que no primeiro caso, de medo da polícia, muitas vezes o preso confessa mentiras. Também é verdade que os criminosos de grande porte (chefões de quadrilhas) não tendem a ser presos em flagrante, geralmente porque não participam diretamente da ação, de maneira que os dados aqui apresentados certamente trazem algum desvio que reflete esta realidade.

No tocante aos período de pesquisa delimitado (um mês), devido à baixa frequência de casos em Campinas (quando comparada com São Paulo), para se obter uma amostra significativa não foi possível limitar apenas a dezembro de 1988. A amostra foi expandida, incorporando também janeiro de 1989.

Em função dos critérios sócio- econômicos de definição do universo da pesquisa, só foram considerados casos de roubo, furto e tráfico de drogas, os que geralmente são praticados por criminosos profissionais. Nos casos de furtos, por exemplo, houve o cuidado de excluir os visivelmente praticados por amadores, como a dona de casa que surrupia uma ninharia em um supermercado. Deixou-se de lado, pois, o criminoso ocasional ou de oportunidade, o que eventualmente passa um cheque sem fundos, ou mesmo que, inesperadamente, mata um vizinho numa briga de bar. Não que um homicídio não possa ser cometido por um ladrão, mas as estatísticas policiais tem revelado que esse não é um crime típico de delinqüente profissional: a maioria dos crimes contra a pessoa são praticados por parentes, amigos e conhecidos das vítimas. Aquele que vive do crime tende a se preocupar com o lucro, a violência com a pessoa pode ocorrer, mas não é o principal móvel da ação. Para confirmar esta suposição basta recordar que os latrocínios (roubos seguidos de morte) representam, geralmente, menos de 10 % do total de homicídios. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública, em 1987 foram cometidos 231 latrocínios na cidade de São Paulo, enquanto ocorreram mais 4.462 homicídios na mesma localidade. Logo, apenas 5,2 % dos crimes foram motivados por roubo. Os homicídios são mais significativos, portanto quando se pretende avaliar os níveis de violência de uma sociedade.

No presente texto, o objetivo é traçar um perfil do criminoso profissional e, neste sentido,

para cada um dos casos incluídos na amostra, tentou-se obter as seguintes informações nos registros policiais:

1. Distrito Policial- DP da Ocorrência;
2. Crime cometido;
3. Local do crime (rua, auto ou residência);
4. Sexo do criminoso;
5. Idade do criminoso;
6. Estado Civil do criminoso;
7. Profissão do criminoso;
8. Naturalidade do criminoso, por Estado de origem na Federação;
9. Cor do criminoso;
10. Região da cidade em que reside o criminoso.

2. CRIME EM CAMPINAS

Aparentemente uma regra tem se mantido constante na evolução da criminalidade, pelo menos desde o início da industrialização: quanto maior a cidade, maior a probabilidade de elevada incidência criminal. Em suas memórias, Vidocq (antigo chefe da S`reté da França) afirma que cidades como Paris tendem a atrair todos os tipos de criminosos profissionais, que lá diluem a multidão e podem, assim, se sentir em casa. Embora com algumas ressalvas (que este trabalho explicitará), esta afirmação tende a se aproximar da realidade. Os grandes aglomerados humanos parecem abrigar um número acentuado de criminosos profissionais: a incidência criminal nas metrópoles é muito superior à das cidades médias e pequenas- não só em termos absolutos, como também proporcionalmente a população.

Campinas vem se transformando em uma metrópole e aparentemente não está escapando do destino de suas congêneres. Mas é interessante notar que, comparada com outras regiões menos provadas ou industrializadas do Estado, muitas vezes apresenta um índice relativamente baixo de violência. O ano escolhido para pesquisa NEPP (1988) ilustra esta realidade (tabela 1), quando se compara homicídios ocorridos nas várias Regionais de Polícia do Estado (que não incluem apenas áreas urbanas, pois não são acessíveis dados relativos somente às cidades importantes dos Estado).

Tabela 1

Número de Homicídios

Regiões de Polícia do Estado de São Paulo-1988

(por 100.000 habitantes)

Região de Polícia	Números de Hom.
Grande São Paulo	39,05
Santos	20,95
São José dos Campos	13,91
Sorocaba	10,71
Marília	9,71
Campinas	9,69
Araçatuba	8,71
Pres. Prudente	8,63
Ribeirão Preto	7,56
S. J. Rio Preto	7,50
Bauru	3,43

Fonte: Secretaria de Segurança; Pesquisa NEPP, 1980-90

A tabela 1 revela que, dentre as 11 regiões de Polícia do Estado, Campinas ocupa o sexto lugar no que diz respeito ao número de homicídios. A grande São Paulo é campeã, apresentando quatro vezes mais destas ocorrências do que Campinas; a segunda colocada é Santos. Esses dois primeiros lugares não surpreendem, já que São Paulo é a maior metrópole da América Latina e Santos conjuga, à uma população numerosa, um porto marítimo movimentado e uma grande massa de turistas, em certos períodos do ano. O interessante é que regiões como São José dos Campos, Sorocaba e até Marília superem Campinas em número de homicídios.

Talvez um breve apanhado do processo de urbanização das regiões possa abrir algumas pistas para compreender semelhanças e diferenças. Na publicação São Paulo no limiar do Século XXI (Governo do Estado de São Paulo, 1992), um estudo (de Cano, Pacheco, Zimmermann e Seneghini), aponta alguns elementos que evidenciam diferenças na evolução das principais cidades do Estado, principalmente no tocante ao desenvolvimento de seus setores secundário e terciário, bem como no desenho da mancha urbana e no adensamento populacional. Os anos 70 e 80 (esses de menor intensidade, em razão da estagnação econômica) produziram profundas transformações nas estruturas produtivas da economia paulista, que forçaram o setor de serviços a acompanhar o ritmo do crescimento econômico, diversificando-se, especializando-se e expandindo-se de forma significativa. Estas modificações do terciário estão intimamente relacionadas com o processo de industrialização ocorrido (pág. 57), do qual, evidentemente, a Capital é o mais significativo

exemplo, mas que também envolveu o interior do Estado, já que houve uma interiorização do desenvolvimento de São Paulo. E a economia do interior acabou se saindo melhor do que a da metrópole de maneira que "a expansão de suas manchas urbanas, vistas pelos municípios destacados, atingiu níveis inéditos na década de 80" (pág. 58). Assim, assinalam os autores, pela primeira vez "um processo embrionário de metropolização deixou de ser exclusivo da Grande São Paulo" (idem), havendo, no restante do Estado, ainda que por caminhos diferenciados, "verticalização e adensamento de determinadas áreas e a periferação concomitante" (pág. 59). Nas diversas feições assumidas por este processo em cada cidade estaria, talvez, uma explicação para realidade diversas, quando se estuda a criminalidade.

Deste ponto de vista, Campinas apresenta algumas características específicas: diferentemente da Capital, a periferação campineira tendeu a se concentrar na região sul e leste do município, ao longo de eixos rodoviários, não apresentando, portanto, "tão difundida como metropolitana" (62). Também diversamente de São Paulo, a verticalização praticamente restringiu-se às áreas de contíguas ao antigo centro da cidade, tornando a área central de Campinas menos heterogênea que a de São Paulo.

Quanto ao processo de metropolização campineiro, ao contrário da Grande São Paulo, ele vem se desenvolvendo nem tanto pelo significado de sua conurbação com alguns municípios vizinhos, mas, sobretudo, pela dimensão que adquiriram os serviços de âmbito regional e a interdependência entre as cidades próximas" (pág. 63).

Também a Baixada Santista e o Alto do Vale do Paraíba compõem grandes aglomerações urbanas, mas diferentemente de Campinas, não se observa ainda, nesses casos, fenômenos de metropolização, pois a referência urbana principal dessas áreas continua sendo a Capital. O perfil de urbanização também é diverso do campineiro, principalmente no que diz respeito à importância do setor terciário e ao processo de adensamento populacional. Na região de São José, urbanização crescente é fruto de um crescimento industrial acelerado, apoiado sobretudo em indústrias de grande porte, basicamente sediadas ao longo da Via Dutra: esta rodovia e suas indústrias são grandes indutores dos crescimentos populacional e malha urbana da região. As condições geográficas do sítio em que fica São José dos Campos, assim como amplos espaços ocupados, no município, por instalações de importantes empreendimentos federais (como o Centro Tecnológico da Aeronáutica - CTA e a Petrobrás) influíram decisivamente no desenvolvimento apresentado pela periferia da cidade, criando grandes distâncias entre as várias áreas habitadas. A

verticalização restringiu-se ao espaço livre entre o centro tradicional e a rodovia, onde passaram a se concentrar as pessoas de rendas elevadas, potencializando a expansão das periferias pobres. Além disso, em torno de São José desenvolveram-se cidades dormitórios ao longo da Dutra, servindo de alojamento para a mão - de - obra das grandes empresas da rodovia. Ao contrário de Campinas, entretanto, é restrita a base de serviços locais, mantendo-se, nesse campo, a ligação com a Capital. Assim em São José a mão -de -obra apresenta um perfil bem mais operário, vinculado às grandes empresas (do que prestador de serviços urbanos, esparramada por diferentes núcleos que gravitam em torno da Dutra.

Na "Baixada Santista ocorre um fenômeno ligeiramente similar ao do Vale do Paraíba" (pág. 65), com a diferença que o predomínio da grande industria é quebrado pelas atividades portuárias e turísticas, havendo uma conurbação ao longo da orla marítima.

Campinas teria, pois, uma mão- de- obra mais "urbanizada" e terceirizada, que tenderia a resolver suas pendências pessoais com menor grau de violência.

Por outro lado, talvez homicídio não seja o melhor termômetro para se medir o crime profissional. Apresentando resultados de pesquisas comparadas realizadas na Inglaterra (entre 1957-60), Manheinn revela (1984: 426) que outros fatores ,que não o lucro, costumam motivar tal violência extrema. O autor apresenta os seguintes resultados:

Tabela 2

Motivação para cometer homicídios
Inglaterra -1957-60

Motivações	Num. Abs	%
Perturbação mental	105	29,7
Discussão	87	24,6
Ciúme	54	15,3
Piedade ou desespero	33	9,4
Furto (roubo)	33	9,4
Sexo	23	6,5
Vingança	18	5,1
Total	353	100,0

Fonte: Secretaria de Segurança; Pesquisa NEPP,1980-90

A tabela 2 revela que a porcentagem de homicídios praticados por ladrões profissionais na Inglaterra (9,64%) é muito semelhante aos números obtidos para cidade de São Paulo (5,2%): abaixo de 10%. Isso reforça a tese de que o homicida é muito mais um criminoso ocasional do que profissional, não havendo motivo para que prefira as grandes cidades. O fato de São Paulo e Santos apresentarem índices elevados de homicídios invalida esta asserção, pois os dois primeiros motivos apresentados na tabela 2- perturbação mental e

discussão- ocorrem com muito mais freqüência em cidades altamente estressantes, como as duas aglomerações citadas.

Mas a tabela 3 coloca Campinas em sexto lugar no tocante crime de furto- que significa, segundo o Código Penal, subtrair bem móvel alheio". Para se entender essa tabela, basta atentar para a situação da Grande São Paulo, colocada em nono lugar, enquanto a pequena Araçatuba fica em segundo. Dificilmente alguém que conheça as duas cidades pode se considerar mais a salvo dos "trombadinhas" na Capital, do que em Araçatuba. E essa pessoa possivelmente está certa.

Tabela 3

Queixas de Furtos

Regiões de Polícia do Estado de São Paulo-1988

(por 100.000 habitantes)

Região de Polícia	Números Abs.
Santos	1504.92
Araçatuba	1375.01
Ribeirão Preto	1333.85
S. J. dos Campos	1165.72
Marília	1151.41
Campinas	1046.97
Sorocaba	877.04
Bauru	846.17
Grande são Paulo	819.85
Pres. Prudente	791.23
S. J. Rio Preto	754.07

Fonte: Secretaria de Segurança; Pesquisa NEPP,1980-90

Acontece que o número de queixas não revela o total efetivo de furtos ocorridos em cada uma das regiões, mas apenas o número de queixas registradas. E a literatura sobre ocorrências policiais é repleta de exemplos que demonstram que, muitas vezes, em locais onde o furto é freqüente as pessoas simplesmente deixam de registrar a queixa. Provavelmente porque furto não implica em violência e habitualmente o valor furtado é pequeno. Feldman (1979: 24) aponta vários motivos para que uma pessoa não registre queixa. Um deles é a descrença na ação policial, o que explicaria em parte o dilema mencionado acima. Em uma cidade grande a atividade policial é sempre inferior à de uma média ou pequena, sobretudo porque o número de suspeitos é enorme e, como já foi mencionado antes, o criminoso profissional pode se perder na multidão. O morador de uma metrópole está cansado de saber disso; portanto, a não ser que o valor furtado seja substancial (ou inclua roubo de documentos), predomina a tendência de não perder tempo

indo à polícia. Isso deixa explicar os altos índices de queixa em Araçatuba, quando comparados a São Paulo e Campinas.

Assim, acaba-se ficando com dois índices razoavelmente confiáveis para detectar a atividade criminosa, permitindo uma avaliação da criminalidade na cidade em estudo. O primeiro deles é o roubo, já que ele envolve violência e ameaça contra a vítima, o que a leva a ficar assustada ou indignada o suficiente para ir registrar queixa. Mesmo assim, o registro de queixas de roubo não é mais representativo, pois num local onde a violência é corriqueira- como em favelas ou bairros deteriorados das grandes cidades, por exemplo- não é grande a possibilidade de a polícia ser acionada por causa de um roubo à mão armada em que ninguém se feriu. De qualquer maneira, as estatísticas sobre roubos já são mais realistas, e isso resulta em uma tendência diferente das apresentadas pelas tabelas anteriores. A [tabela 4](#) coloca Campinas no terceiro lugar em ocorrência de roubos, superada apenas pela Grande São Paulo e por Santos. Este placar evidencia claramente que as três regiões mais urbanizadas e populosas do Estado de São Paulo abrigam as maiores cotas de ladrões - enquanto Araçatuba cai para oitavo lugar.

Tabela 4

Número de queixas de roubos

Regiões de Polícia do Estado de São Paulo-1988.

(por 100.000 habitantes)

Região de Polícia	Números Abs.
Grande São Paulo	337.81
Santos	277.12
Campinas	123.73
S. J. dos Campos	117.04
Sorocaba	110.57
Ribeirão Preto	53.52
Marília	51.90
Araçatuba	48.95
Bauru	42.82
S. J. Rio Preto	36.30
Pres. Prudente	31.51

Fonte: Secretaria de Segurança; Pesquisa NEPP, 1980-90

A [tabela 5](#), com o número de queixas de carros roubados e furtados, é ainda mais significativa. Em primeiro lugar, porque sua margem de erro é muito próxima de zero: dificilmente alguém deixa de registrar o furto ou roubo de um carro, tanto em função da necessidade de um Boletim de Ocorrência para poder receber o seguro como pela esperança de reaver um bem tão valioso poder, praticamente impossível de recuperar sem avisar a Polícia. Além disso, o número de veículos furtados é o melhor indicador disponível

para se aferir a existência de crime organizado em uma dada região, já que outra grande modalidade deste- o tráfico de entorpecentes- não pode ser medida com muita facilidade, pois praticamente não existem queixas- além de ser um crime contra a saúde pública, e não contra um cidadão particular. O único indicador policial viável para avaliar o tráfico é a quantidade de drogas apreendidas, que, na prática, mede muito mais a eficiência e o empenho policiais do que o fenômeno social. Se numa dada região o tráfico é pequeno, mas a polícia melhor estruturada, ela apreende mais drogas do que uma polícia desorganizada em uma região de muito tráfico. Já no que diz respeito ao furto e roubo veículos, a existência da queixa da vítima permite medir o fenômeno. E além disso, praticamente não resta dúvida que boa parte dos veículos furtados ou roubados desaparece graças a ação das quadrilhas, já que é necessária uma certa organização para mudar placas e chassis de um veículo e dotá-lo de documentos falsos, ou transportá-lo para esconderijo, para desmanche e vendas das peças. E estes parecem ser o destino mais habitual dos carros furtados ou roubados.

Tabela 5

Número de Queixas Roubos e Furtos de Veículos
Regiões de Polícia do Estado de São Paulo-1988.

(por 100.000 habitantes)

Região	Números Abs.
Grande São Paulo	334.14
Campinas	220.31
S. J. dos Campos	177.04
Santos	157.00
Ribeirão Preto	117.83
Sorocaba	106.08
S. J. Rio Preto	83.00
Araçatuba	65.64
Marília	65.51
Pres. Prudente	41.64
Bauru	41.35

Fonte: Secretaria de Segurança; Pesquisa NEPP, 1980-90

É bastante significativo, nesta tabela, que mais fielmente reflete os níveis do crime profissional organizado em uma dada região, que Campinas esteja em segundo lugar, com 200.31 roubos ou furtos de veículos por 100.000 habitantes em um ano. Comparada com Santos, cujo número de homicídios acusa ser uma cidade muito mais violenta- Campinas, uma região a caminho da metropolização, revela-se terreno mais fértil para o crime organizado. A relação entre duas regiões é de quase quatro carros furtados ou roubados em Campinas para cada três de Santos.

Mas os números apresentados nas quatro tabelas acima certamente não esgotam as informações pertinentes para entender os níveis campineiros de criminalidade. São apenas indicadores que, somados ao perfil básico do criminoso, permitem uma compreensão mais abrangente do crime em Campinas.

2. PERFIL DO CRIMINOSO PROFISSIONAL EM CAMPINAS

Para os meses de dezembro de 1988 e janeiro de 1989 foram encontrados 121 casos que preenchem os registros exigidos pelos procedimentos adotados pela pesquisa. Como mostra a [tabela 6](#), no primeiro mês ocorreram 67 casos, e 54 no segundo. As tabelas de 7 a 11 fornecem o perfil sumário do criminoso preso em flagrante.

Tabela 6

Número mensal de criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Mês	Freqüência	Porcentagem	Freqüência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
Dezembro/88	67	55,37	67	55,37
	54	44,63	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

2.1 Uma maioria de rapazes solteiros

As [tabelas 7](#) e [8](#) mostram que a grande maioria é do sexo masculino (90,08%) e solteira (56,2%), repetindo o perfil do jovem descompromissado que predomina entre os delinqüentes da Capital.

Tabela 7

Sexo dos criminosos indiciados
Município de Campinas-Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Sexo	Freqüência	Porcentagem	Freqüência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
Masculino	109	90,08	109	90,08
Feminino	12	9,92	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Tabela 8

Estado civil dos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Estado Civil	Freqüência	Porcentagem	Freqüência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/l	7	5,79	7	5,79
Solteiro	68	56,20	75	61,98
Casado	46	38,02	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Existem várias hipóteses para explicar a menor freqüência de delinqüência feminina, fato comprovado em todo o mundo. Na França (de 1946 a 1968) o número de mulheres cumprindo pena variou de 15,9% a 3,7%; na Inglaterra (de 1957 a 1967), os números foram de 6,2% a 3,85%; na Itália (entre 1956 e 1967), ficaram entre 5 e 6,3%. E em todos os países citados, nota-se uma tendência de diminuição da criminalidade feminina com o correr dos anos, o que levanta a hipótese de que, à medida em que se expande a emancipação feminina, a mulher delinque menos ou, pelo menos, cumpre pena com menos freqüência (Amar, 1987).

O índice campineiro (8,4%) de criminosos não pode, entretanto, ser diretamente comparado com os internacionais acima citados. Em primeiro lugar, porque se refere apenas a mulheres indiciadas, e não às cumprindo pena. Existem suposições que os juizes tendem a ser mais benevolentes ao julgar mulheres, fazendo com que o número das condenadas a reclusão provavelmente resultem inferior aos 8,4% da amostra das indiciadas. Em segundo lugar, os crimes de roubo e furto que corresponde à grande maioria dos aqui pesquisados, normalmente implicam em uso de alguma violência, estando portanto, mais inseridos no raio de ação dos criminoso masculino. Esse último fator trabalha, portanto, em sentido contrário ao primeiro, pois concorre para subestimar o número de mulheres delinqüentes.

Quanto à idade ([Tabela 9](#)), observa-se que mais da metade dos pesquisadores (cerca de 54%) está entre 18 e 25 anos. Isso também não foge ao esperado pelo senso comum, em parte pelos mesmos motivos que levam à predominância masculina nesses tipos de crimes: a maior disposição física dos jovens.

Tabela 9

Idade dos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Idade	Freqüência	Porcentagem	Freqüência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/I	16	13,22	16	13,22
12/17 anos	9	7,44	25	20,66
18/25 anos	65	53,72	90	74,38
26/35	22	18,18	112	92,56
36/45 anos	7	5,79	119	98,35
Mais de 45 anos	2	1,65	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Nesta pesquisa, ao contrário da anteriormente realizada na Capital, não foi possível avaliar com precisão a participação dos menores no montante de crimes cometidos, em função da diferença das fontes de dados utilizadas. Nos Boletins de Ocorrência (pesquisa paulistana), foi possível detectar a presença dos menores porque, sempre que ocorre uma prisão em flagrante, é mencionada a maioridade ou minoridade do envolvido. Em Campinas, como a fonte foram os livros de registro de inquéritos, só aparecem pessoas indiciadas, e os menores não são indiciados pela polícia, mas sim pela Vara da Infância e da Adolescência.

Só são mencionados em inquérito policial quando no crime que cometeram participou algum maior de idade, que foi indiciado. Se um grupo de pegos em flagrante não existir pessoas com mais de dezoito anos, nem é elaborado inquérito policial sobre a ocorrência.

2.2. Delinqüentes sobretudo Paulistas

Contrariando preconceitos populares, mais da metade dos indiciados em Campinas e São Paulo são originários do Estado de São Paulo (67.77 %). Somados aos oriundos do Paraná, Minas Gerais e Pernambuco resultam em mais de 90 % dos casos registrados. E os quatro Estados são os únicos representados por mais de um infrator (Tabela 10).

Tabela 10

Naturalidade dos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Natalidade	Frequência	Porcentagem	Frequência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/I	6	4,96	6	4,96
São Paulo	82	67,77	88	72,73
Paraná	11	9,09	99	81,82
Minas Gerais	9	7,44	108	92,56
Pernambuco	4	3,31	112	92,56
Bahia	2	1,65	114	94,21
Rio Grande do Sul	1	0,83	115	95,04
Paraíba	1	0,83	116	95,87
Rio de Janeiro	1	0,83	117	96,69
Distrito Federal	1	0,83	118	97,52
Piauí	1	0,83	119	98,35
Goiás	1	0,83	120	99,17
Santa Catarina	1	0,83	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Obs: Dos 82 criminosos nascidos em SP, 45 são naturais de Campinas, o que representa 37,19 % dos 121 casos estudados.

Existe uma hipótese que pode, até certo ponto, explicar a absoluta predominância de paulistas entre os infratores de Campinas (mais de dois terços envolvidos). Ela deriva da Teoria da Associação Diferencial, do famoso criminólogo americano Sutherland (1949), na qual ele defende a tese de que comportamento criminal é aprendido: um jovem se inicia no crime porque está em contato freqüente com criminosos, que lhe transmitem seus conhecimentos e valores. Deste ponto de vista, o migrante nordestino tem menos oportunidade de se relacionar e conviver com marginais, por estar a menos tempo na cidade, por conhecer menos gente da localidade. Mesmo que venha habitar em uma favela com altos índices de criminalidade, já sendo adulto (ou quase), terá consolidado valores próprios, aprendido em sua terra. E certamente terá que enfrentar, pelo menos de imediato, uma barreira de comunicação que impedirá de se relacionar amistosamente com criminosos.

2.3 Baixa especialização profissional

A tabela 11 mostra que a maioria dos delinquentes tem profissão declarada, mas que geralmente ela é de baixa remuneração e especialização. No caso de Campinas, aparecem como possíveis exceções dois comerciantes e alguns nove autônomos. Este resultado já era esperado, pois os crimes aqui considerados normalmente são praticados por pessoas de baixa renda. A exceção quanto a origem social do criminoso é o tráfico de drogas (sem falar

nos raramente punidos crimes de colarinho branco), mas normalmente os traficantes presos, como atesta a leitura cotidiana dos jornais, são indivíduos de escalões inferiores das quadrilhas, passadores que lidam com pequenas quantidades de mercadoria, que acabam presos em flagrante.

Tabela 11

Profissão declarada pelos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Profissão	Frequência	Porcentagem	Frequência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/I	35	28,93	35	28,93
Pedreiro	12	9,92	47	38,84
Comerciário	11	9,09	58	47,93
Operário (1)	9	7,44	67	55,37
Autônomo (2)	9	7,44	76	62,81
Mecânico	7	5,79	83	68,60
Servente	6	4,96	89	73,55
Motorista	4	3,31	93	76,86
Vendedor	4	3,31	97	80,17
Prostituição (3)	4	3,31	106	87,60
Padeiro	3	2,48	100	82,64
Comerciante	2	1,65	102	84,30
Outras Profis, (4)	15	12,40	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Obs: Com exceção dos autônomos e prostituição, os demais se declaram vinculados a estabelecimentos como empregados ou patrões (comerciantes).

Notas:

- (1) Empregados em indústria linha de montagem.
- (2) Como Autônomos entraram eletricitas, encanadores, pintores, serralheiros e carpinteiros.
- (3) Prostituição compreende prostitutas e travestis profissionais.
- (4) Outras Profis. engloba todos os casos em que só foi encontrado um representante da profissão.

2.4. Criminalidade predominantemente branca

A tabela 12 derruba preconceitos que tentam vincular comportamento criminoso à raça negra, uma interpretação racista que pode até levar negros a serem, em princípio, mais abordados pela polícia em suas averiguações. A tabela mostra que o número de indiciados brancos é superior à soma de negros e pardos: 57 contra 53 casos. Mas este dado deve ser interpretado considerando-se que o fator cor costuma ser assinalado de maneira subjetiva, pelo funcionário encarregado de preencher o documento oficial. Não é raro um indivíduo ter documentos que registrem sua cor de forma diferente- um como sendo branco, outro como sendo pardo, por exemplo. De qualquer forma, dadas as cifras observadas e o alto grau de acerto possível no tocante à cor negra, elas são indicadores a serem considerados, mesmo que não em sua plenitude, para atestar a maioria de brancos indiciados pela polícia.

Tabela 12

Cor dos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1998

Cor	Frequência	Porcentagem	Frequência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/I	11	9,09	11	9,09
Branca	57	47,11	68	56,20
Preta	29	23,97	97	80,17
Parda	24	19,83	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

2.5. Forte presença dos crime organizado

A tabela 13 mostra que furto representa quase metade das ocorrências (45,55 %); roubo vem a seguir, com 30,58 %, e, detalhe interessante, o tráfico de drogas se destaca, com aproximadamente 24 %. O impacto deste dado é que é muito superior aos relativos à cidade de São Paulo, onde apenas 6 % das ocorrências da amostra NEPP envolviam traficantes. Pode-se concluir, assim, tanto que o número de envolvidos com tráfico em Campinas é quatro vezes superior aos da Capital, como que os policiais campineiros estão muito mais atentos ao problema dos entorpecentes do que seus colegas paulistanos. Se a opção for pelo termo, mais tráfico e melhor policiamento-, então fica confirmada a hipótese de que, em Campinas, o crime organizado é relativamente forte.

Tabela 13

Tipos de crime pelos quais os autores foram indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Crime	Frequência	Porcentagem	Frequência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
Furto	55	45,45	55	45,45
Roubo	37	30,58	92	76,03
Tráfico	29	23,97	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Outro fato a considerar, por tipo de crime, é que mais da metade dos que roubam e dos traficantes de drogas se concentram na faixa dos 18 a 25 anos. Já os acusados de furto distribuem-se por um espectro mais amplo nas faixas etárias, com parte significativa tendo de 25 a 35 anos. Considerando o esforço físico exigido, compreende-se porque mais jovens pratiquem roubos; o tráfico, porém, não exige juventude. É estranho, portanto, que 68,2 % dos casos em que é mencionada a idade dos envolvidos se relacionam com jovens entre 18 e 25 anos de idade. Uma hipótese plausível é que haja absoluta preponderância de

indiciados que fazem parte dos que se convencionou chamar de viciado-trafficante- ou seja, um indivíduo que se envolve com tráfico apenas para sustentar seu vício, já que sua idade não lhe permite ganhar o suficiente para pagar isto (Tabela 14).

Tabela 14

Relação entre idade do criminoso e o crime cometido
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Idade	Furto	Roubo	Tráfico	Total
S/I	4	5	7	16
%	3,31	4,13	5,79	13,22
12/17 Anos	4	4	1	9
%	3,31	3,31	0,83	7,44
18/25 Anos	26	24	15	65
%	21,49	19,83	12,40	53,72
26/35 Anos	16	4	2	22
%	13,22	3,31	1,65	18,18
36/45 Anos	5	0	2	7
%	4,13	0	1,65	5,79
Mais de 45 Anos	0	0	2	2
%	0	0	1,65	1,65
Total	55	37	29	121
%	45,45	30,58	23,97	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

A tabela 15 revela que indiciados naturais de Campinas se distribuem pelas três "profissões" marginais mais freqüentes, mas é possível notar que, entre os traficantes, a cidade está sobre- representada: 48,3% deles são campineiros, enquanto 37,19% da amostra vem de outras localidades. Isso reforça a teoria de Sutherland (1949), de que é muito fácil alguém socializar no meio em questão ao participar de uma quadrilha. Já o roubo e o furto, o podem ser praticados por elementos isolados, que muitas vezes os cometem num ato de desespero, sem qualquer aprendizagem prévia.

Tabela 15

Relação entre a naturalidade do criminoso e o crime cometido
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Crime	Naturalidade				Total
	S/I	Campinas	Outras Cidades	Outros Estados	
Furto	2	16	19	18	55
%	1,65	13,22	15,70	14,88	45,45
Roubo	4	15	11	7	37
%	3,31	12,40	9,09	5,79	30,58
Tráfico	0	14	7	8	29
%	,00	11,57	5,79	6,61	23,97
Total	6	45	37	33	121
%	4,96	37,19	30,58	27,27	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Resumindo, o perfil desenhado mostra que o criminoso atuando em Campinas, no final da década de 80, tem as seguintes características básicas:

- Homem;
- Solteiro;
- Jovem de 18/25 anos;
- Natural do Estado de São Paulo, mais de 1/3 campineiro;
- Trabalhador sem especialização;
- Com pele clara;
- Com tendência para o furto, se estimulado, atuando em outras áreas.

Essas características adquirem novos significados, quando comparados com as estatísticas de sobre a população de Campinas. A primeira comparação impactante diz respeito ao sexo dos criminosos e à absoluta predominância de homens dedicados ao crime. Se fosse mantida a proporcionalidade da população, metade dos crimes deveriam ser praticados por mulheres, já que elas representam, de acordo com os dados preliminares do Censo de 91,50% da população de Campinas e 50,9% da habitantes da microregião campineira.

Outro ponto interessante é a faixa etária. De acordo com projeção da Fundação SEADE (1988), mais da metade da população campineira (51,3%) estaria acima da faixa dos 25 anos de idade. No que se refere aos criminosos, entretanto, 70 % deles estão abaixo dos 26 anos. E isso apesar da amostra estar distorcida, pois, como foi explicado de início, não inclui boa parte dos menores infratores.

Até o momento da conclusão do presente texto, ainda não haviam sido publicados todos os dados do Censo Brasileiro de 1991, o que limitou o exercício de comparação estatísticas a duas variáveis. Não se recomenda que dados sobre profissão, naturalidade, entre outros, sejam comparadas a partir de projeção com resultados do Censo de 1980.

Fica claramente demonstrada, entretanto, a juventude dos rapazes que cometem delitos em Campinas, o que ilumina a faixa da população que deve ser considerada por qualquer reflexão que se faça sobre a violência nessa região paulista em metropolização.

3. LOCALIZAÇÃO FÍSICA- ESPACIAL DA CRIMINALIDADE CAMPINEIRA

Para realizar um trabalho mais consistente de relacionamento entre crime e espaço urbano em Campinas seria necessário uma amostra maior, que cobrisse pelo menos um ano de indiciamentos. Mas as limitações de pessoal e tempo dessa pesquisa não permitem esta coleta mais ampla. Ainda que utilizando dados que cobrem apenas dois meses de ocorrências, alguns pontos levantados pela pesquisa permitem ilações úteis.

A tabela 16 aponta locais da cidade onde foram cometidos crimes mencionados nos indiciamentos. O critério adotado foi considerar que infrações ocorreram na região atendida pelo Distrito Policial- DP, nos termos em que foram registrados. Os resultados revelam que os DPs do Centro e Bonfim registraram maior número de indiciados, pelo menos no tocante a crimes contra o patrimônio. Ambos atendem a áreas próximas ao centro da cidade.

Tabela 16

Freqüência de indiciados por Distrito Policial
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Distrito	Freqüência	Porcentagem	Freqüência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
Centro	41	33,88	41	33,88
V. S. Bernardo	9	7,44	50	41,32
Bonfim	19	15,70	69	57,02
Taquaral	10	8,26	79	65,29
J. das Oliveiras	9	7,44	88	72,73
Vila Yeda	14	11,57	102	84,30
B. Geraldo	10	8,26	112	92,56
D. Aparecida	5	4,13	117	96,69
V. Aeroporto	2	1,65	119	98,35
Souzas	2	1,65	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Esta maior incidência de crimes contra o patrimônio nas proximidades de zonas centrais também foi encontrada na cidade de São Paulo (nos distritos policiais da Sé e dos Campos Elíseos). Aparentemente essa é uma peculiaridade comum às grandes cidades, em decorrência do enorme fluxo diário de pessoas naquelas áreas. E a tendência permanece mesmo quando são regiões centrais com características um pouco diversas- já que, como se assinalou anteriormente, a região central de Campinas apresenta uma população menos heterogênea que a paulista.

Quando se trata de correlacionar local de atuação com o de residência dos criminosos (tabela 17), entretanto, constatam-se diferenças marcantes: ao contrário da cidade de São Paulo, aparentemente os criminosos campineiros que atuam no Centro não residem na

área. Existem uma dispersão maior de seus locais de moradia, de forma que regiões tão díspares como Vila Yeda, Taquaral e Barão Geraldo, passam à frente do Centro como área de concentração de residências de indiciados.

Tabela 17

Local de residência dos criminosos indiciados
Município de Campinas- Dezembro de 1988 a janeiro de 1989

Distrito Policial Próximo	Frequência	Porcentagem	Frequência Cumulativa	Porcentagem Cumulativa
S/I	33	27,07	33	27,27
Centro	9	7,44	42	34,71
V. S. Bernardo	8	6,61	50	41,32
Bonfim	10	8,26	60	49,59
Taquaral	12	9,92	72	59,50
J. das Oliveiras	9	7,44	81	66,94
Vila Yeda	14	11,57	95	78,51
B. Geraldo	11	9,09	106	87,60
D. Aparecida	5	4,13	111	91,74
V. Aeroporto	8	6,61	119	98,35
Souzas	2	1,65	121	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Obs: Para localizar na cidade a moradia dos indiciados, optou-se por considerar cada um como residente no Distrito Policial cuja sede fosse mais próxima de sua casa. Na época da pesquisa ainda não havia um mapa definitivo com os limites distritais em Campinas.

A tabela 18 (primeira e terceira coluna), dá indícios de que os delinqüentes consideram o Centro "área de caça", pois verifica-se que os indivíduos autuados por crimes cometidos no 1°. e 2°. DPs residem pela cidade inteira. Nos demais Distritos Policiais a relação é diversa: cerca de metade dos autuados mora no mesmo DP em que age. No DP de Vila São Bernardo (DP2), por exemplo, dos nove indiciados, cinco moram lá mesmo, três na Vila Yeda (6°. DP) e um não informou a residência.

Tabela 18

Relação entre a idade do criminoso e o crime cometido
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Local de Residência	1 DP	2 DP	3 DP	4 DP	5 DP	6 DP	7 DP	8 DP	9 DP	12 DP	Total
S/I	15	1	1	1	1	5	6	2	1	0	33
%	12,40	,83	,83	,83	,83	4,13	4,96	1,65	,83	,00	27,27
1 DP	6	0	1	1	1	0	0	0	0	0	9
%	4,96	,00	,83	1,83	,83	,00	,00	,00	,00	,00	7,44
2 DP	0	5	2	1	0	0	0	0	0	0	8
%	,00	4,13	1,65	1,83	,00	,00	,00	,00	,00	,00	6,61
3 DP	2	0	4	3	0	1	0	0	0	0	10
%	1,65	,00	3,31	2,48	,00	,83	,00	,00	,00	,00	8,26
4 DP	6	0	3	3	0	0	0	0	0	0	12
%	4,96	,00	2,48	2,48	,00	,00	,00	,00	,00	,00	9,92
5 DP	2	0	0	1	6	0	0	0	0	0	9
%	1,65	,00	,00	,83	4,96	,00	,00	,00	,00	,00	7,44
6 DP	5	3	2	0	0	4	0	0	0	0	14
%	4,13	2,48	1,65	,00	,00	,31	,00	,00	,00	,00	11,57
7 DP	2	0	5	0	0	0	4	0	0	0	11
%	1,65	,00	4,13	,00	,00	,00	3,31	,00	,00	,00	9,09
8 DP	1	0	1	0	1	0	0	2	0	0	5
%	,83	,00	,83	,00	,83	,00	1,65	,00	,00	,00	4,13
9 DP	2	0	0	0	0	4	0	1	1	0	8
%	1,65	,00	,00	,00	,00	3,31	,00	,83	,83	,00	6,61
12 DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
%	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	1,65	1,65
TOTAL	41	9	19	10	9	14	10	5	2	2	121
%	33,88	7,44	15,70	8,26	7,44	11,57	8,26	4,13	1,65	1,65	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91

Em São Paulo a relação não é exatamente a mesma, mas apresenta alguma semelhança. Excluindo os casos sem informação, que na Capital são inúmeros, o quadro é apresentado na Tabela 19.

Tabela 19

Criminoso Profissional
Relação entre área de residência e de atuação
Cidade de São Paulo-1988

Região	Áreas em que		(%)
	Cometem crimes	Moram	
	A	B	B/A
Centro	240	103	42,0
Soma das outras Regiões	552	452	81,0

Fonte: Pesquisa NEPP 1988.

Qualquer comparação entre cidades tão diferentes como Campinas e São Paulo é difícil, mas não se pode deixar de assinalar algumas semelhanças na questão em pauta. Repetindo a Tabela 19 para a realidade campineira, tem-se:

Tabela 20

Criminoso Profissional :
Relação entre área de residência e de atuação
Campinas- 1988

Região	Áreas em que		(%)
	Cometem crimes	Moram	
	A	B	
Centro	44	11	25,0
Soma dos outros Distritos	44	27	61,0

Fonte: Pesquisa NEPP 1988.

É importante constatar que, em ambas as cidades, a maioria dos criminosos que delinquem na área central não residem nas imediações, mas que essas porcentagens são diversas em Campinas e São Paulo. Já o inverso- delinqüentes atuando perto de suas residências- acontece com mais freqüência nas regiões periféricas das duas cidades. Tal constatação só confirma a afirmação que o centro não é um ninho permanente de criminosos, idéia a que uma leitura apressada dos dados estatísticos pode induzir. Em boa parte ele é somente o “local de trabalho” de muitos infratores que residem em outras regiões. Isso vai de encontro à colocação de Vidocq sobre o crime urbano, pois se os criminosos imigram para as grandes cidades, nelas tendem a agir nos locais de maior aglomeração.

Complementando as informações, a última tabela mostra os locais de moradia dos delinqüentes, por tipo de ocorrência considerada (Tabela 21).

Tabela 21

Relação entre a região da cidade em que reside o criminoso e o tipo de crime cometido
Município de Campinas- Dezembro de 1988 e janeiro de 1989

Locais de Residência	Furto	Roubo	Tráfico	Total
S/I	17	10	6	33
%	14,05	8,26	4,96	27,27
Centro	4	3	2	9
%	3,31	2,48	1,65	7,44
V. S. Bernardo	4	0	4	8
%	3,31	,00	3,31	6,61
Bonfim	6	4	0	10
%	4,96	3,31	,00	8,26
Taquaral	5	2	5	12
%	4,13	1,65	4,13	9,92
J.das Oliveiras	2	5	2	9
%	1,65	4,13	1,65	7,44
Vila Yeda	8	4	2	14
%	6,61	3,31	1,65	11,57
B.Geraldo	6	4	1	11
%	4,96	3,31	,83	9,09
D. Aparecida	1	1	3	5
%	,83	,83	2,48	4,13
V.Aeroporto	1	3	4	8
%	,83	2,48	3,31	6,61
Souzas	1	1	0	2
%	,83	,83	,00	1,65
Total	55	37	29	121
%	45,45	30,58	23,97	100,00

Fonte: Pesquisa NEPP, 1990-91.

O que se pode notar- com as restrições que impõe a análise de uma amostra tão pequena- é que as regiões que apontam para uma maior concentração dos que furtam na Vila Yeda, Barão Geraldo e Bonfim. Já os delinqüentes mais violentos, que se envolvem com roubo, residem mais dispersos pela cidade, tendo como bairro de maior incidência, na pesquisa, o Jardim das Oliveiras. E no que diz respeito ao tráfico de drogas, constatou-se o Taquaral em primeiro, seguido de perto pela Vila Aeroporto e pela Vila São Bernardo.

4. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A rigor, este final de texto deveria se intitular "Apontamentos Para Uma Futura Pesquisa", pois o que se tentou, nessas poucas páginas, foi apresentar, a partir dos dados empíricos obtidos, alguns aspectos sobre o crime e o criminoso profissional da segunda maior cidade do Estado de São Paulo.

No que diz respeito à situação específica de Campinas, não se pode deixar de assinalar, entretanto, indícios sobre a amplitude do crime organizado, revelados tanto pelos dados sobre veículos furtados e roubados, como pelo número de traficantes presos. Parecem sugerir que, em Campinas, este tipo de crime possa vir a ser, a longo prazo, mais significativo que o banditismo comum. Talvez os dados apenas tracem o retrato de uma conjuntura desfavorável, mas não se pode estabelecer uma política de Segurança Pública de longo prazo sem considerar essa possibilidade.

Quanto à avaliação dos níveis de violência social- a partir de dados sobre crimes ocasionais cometidos por cidadãos comuns-, parece que Campinas não está em má situação. Pelo menos é o que atesta a baixa incidência de homicídios. Mas para melhor compreender isto, seria necessário desenvolver uma pesquisa específica sobre os homicídios e suas motivações.

No tocante ao criminoso profissional, pode-se dizer que tem algumas características semelhantes ao seu colega paulistano: a preferência pelo Centro da cidade como cenário de atuação, mesmo que resida em outro local; ter socializado no mesmo caldo de cultura em que atua, ou seja, a maioria é originária da própria cidade ou do Estado de São Paulo. Tal constatação é importante, pois demonstra a improcedência do medo que parte da população paulista tem manifestado em relação a migrantes, visto como indivíduos condicionados por uma cultura que geraria criminalidade. O crime costuma ser um produto da mesma sociedade em que vivem vítima e criminoso.

BIBLIOGRAFIA

AMAR, Ayush Morad. Criminologia. Resenha Tributária. São Paulo, 1997.

FELDMAN, Philip. Comportamento Criminoso. Zahar. Rio de Janeiro, 1979.

KUHN, Thomas S. - A estrutura das revoluções científicas. Perspectiva. São Paulo. 1978.

MANNHEIN, Hermam. Criminologia Comparada. Fundação Calouste Gulbenkain. Lisboa, 1984.

MINGARDI, Guaracy. Tiras, Gansos e Trutas. Scritta. São Paulo, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. São Paulo em Números. Projeções Demográficas; São Paulo, 1988.

SUTHERLAND, Edwin H.- Princípios de Criminologia. Martins. São Paulo, 1949.

VIDOQ, François. Vidoq. De forçado a chefe de polícia. Vecchi. Rio de Janeiro, 1957.

NÚMEROS ANTERIORES DOS CADERNOS DE PESQUISA DO NEPP

HENRIQUE, W. e **DRAIBE**, S.M. - Caderno de Pesquisa nº.1, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA CRISE: UM BALANÇO DA LITERATURA INTERNACIONAL-1987.

CANESQUI, A.M. E **QUEIROZ**, M.S.- Caderno de Pesquisa nº. 2, CAMPINAS: POPULAÇÃO, SITUAÇÃO DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO MÉDICO-1987.

CASTRO, M.H.G.- Caderno de Pesquisa nº.3, GOVERNO LOCAL, PROCESSO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS: UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO-1988.

SALM, C.L. **DEDECA**, C.S., **TUMA**, F.M. e **COUTINHO**, M.- Caderno de Pesquisa nº.4, FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS-1988.

VIANA, A.L.- Caderno de Pesquisa nº.5, ABORDAGENS METODOLÓGICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS-1988.

MERHY, E.L., **CAMPOS**, G.W.S. e **QUEIROZ**, M.S.- Caderno de Pesquisa nº.6, PROCESSO DE TRABALHO E TECNOLOGIA NA REDE BÁSICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE; ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS-1989.

QUEIROZ, M.S. e **CANESQUI**, A.M.- Caderno de Pesquisa nº. 7, FAMÍLIAS TRABALHADORAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE SAÚDE, DOENÇA E ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA MEDICINA "OFICIAL" e "POPULAR"-1989.

DRAIBE, M.S. - Caderno de Pesquisa nº. 8, WELFARE STATE NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS-1988.

FIGUEIREDO, A.M.C. - Caderno de Pesquisa nº. 9, JUSTIÇA E IGUALDADE-1989.

DRAIBE, S.M. Caderno de Pesquisa nº. 10, HÁ TENDÊNCIAS E TENDÊNCIAS: COM QUE ESTADO DE BEM- ESTAR SOCIAL AHVERERMOS DE CONVIVER NESTE FIM DE SÉCULO?-1989.

FARIA, V.E. e **CASTRO**, M.H.G. Caderno de Pesquisa nº. 11, POLÍTICA SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL-1989

CASTRO, M.H.G. Caderno de Pesquisa nº. 12, AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS: NOTAS DE PESQUISA-1989.

LEAL, S.M.R. Caderno de Pesquisa n°. 13, A OUTRA FACE DA CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL; NEO-LIBERALISMO E OS NOVOS MOVIMENTOS DA SOCIEDADE DE TRABALHO-1990.

CASTRO, M.H.G. Caderno de Pesquisa n°. 15, A POLÍTICA DE ATENÇÃO AO MENOR NO ESTADO DE SÃO PAULO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS.

PEREZ, J.R.R. Caderno de Pesquisa n°. 16, SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO NOS ANOS 80, DIAGNÓSTICO PRELIMINAR (série São Paulo)-1990.

NORONHA E.G. e **SILVA**, M.F.C.B., Caderno de Pesquisa n°. 17, A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL CARENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (série São Paulo)- 1990.

ARRETCHE, M.T.S. e **CARVALHO**, S.N., Caderno de Pesquisa n°. 18, SÃO PAULO: A POLÍTICA HABITACIONAL DOS ANOS 80 (série São Paulo)-1980.

QUEIROZ, M.S. e **CHIARINI**, A.M., Caderno de Pesquisa n°. 19, "FARMACÊUTICOS, MÉDICOS E PESSOAL DE ENFERMAGEM: UM ENFOQUE ANTROPOLÓGICO SOBRE O CAMPO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PAULÍNIA, SÃO PAULO"- 1990.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

nepp

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Av. Albert Einstein, 1300
Campinas - SP - Brasil
13081-970
TEL: (019) 289-3143 788-8156 289-3901 788-7663
FAX: (019) 289-4519
E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br